

# Sarney poderá reescalonar as dívidas dos empresários

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney poderá assinar, até o início da próxima semana, um decreto-lei criando condições especiais para o pagamento e reescalonando as dívidas contraídas pelas empresas durante o Plano Cruzado. Ele se anteciparia, assim, à Constituinte e esvaziaria a votação da anistia financeira para micros, pequenos e médios empresários, proposta pelo Senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e pelos Deputados Ziza Valadares (sem partido-MG) e Humberto Souto (PFL-MG). Esta idéia amadureceu ontem em sucessivas reuniões entre parlamentares e membros do Governo, no Palácio do Planalto.

O Presidente José Sarney, por exemplo, ouviu do Deputado centrista Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), que, sem uma vigo-

rosa iniciativa governamental, "a anistia será inapelavelmente aprovada". Em seguida, informou ao Deputado Osvaldo Coelho (PFL-PE) ter a intenção de reavaliar a posição do Governo. Enquanto isso, o Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, recebia sugestões de alguns constituintes sobre os termos do decreto.

O Deputado Benito da Gama (PFL-BA) aproveitou a ocasião para criticar a metodologia usada pelo Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, para calcular o total da dívida que a Constituinte se propõe a perdoar. Benito garante que os próprios técnicos do Banco Central ainda não conseguiram definir o número correto e acusa o Ministro de obter o valor de US\$ 10 bilhões de

dólares através da soma dos "prejuízos causados pelas três emendas, quando elas são excluídas entre si". O Deputado estima que o valor não passará de US\$ 1 bilhão, caso a emenda Humberto Souto seja aprovada.

O Deputado Ricardo Izar (PFL-SP) também esteve, durante boa parte da manhã, negociando a solução do decreto no Gabinete Civil. Ao sair, Izar informou que o Banco Central está solicitando a todos os bancos comerciais um balanço da posição das dívidas dos micros, pequenos e médios empresários no período de vigência do Plano Cruzado e que apenas o Unibanco e o Banco Real ainda não entregaram os relatórios. Estes dois bancos vêm negociando diretamente suas dívidas, sem esperar as de-

cisões do Governo ou da Constituinte.

O Deputado de São Paulo disse que o Ministro Costa Couto lhe revelou estar de acordo com a elaboração do decreto presidencial. Um dos assessores do Chefe do Gabinete Civil frisou, porém, que o Planalto descarta qualquer possibilidade de "perdão ou anistia" e apenas estuda fórmulas de pagamento dos empréstimos, admitindo a renegociação da correção monetária. Esta fórmula resultará, portanto, em benefícios menores para os empresários do que os produzidos pelas emendas de Valadares, Souto e Lavor. Mas os defensores da iniciativa governamental argumentam que o decreto terá aplicação imediata e desburocratizada, ao contrário da decisão da Constituinte.



Sabóia agradece a Ulysses o apoio dado às teses das Forças Armadas

## Sabóia elogia atuação de Ulysses

O Ministro da Marinha, Almirante Henrique Sabóia, visitou ontem o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, para agradecer o apoio dado às teses defendidas pelas Forças Armadas no tocante à anistia de militares cassados. Sabóia, que, com o mesmo propósito, visitara antes o Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna, e o Presidente do PDS, Senador Jarbas Passarinho,

elogiou a atuação de Ulysses, "que tem agido com discernimento e espírito público".

Para o Ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, "foi uma vitória da Constituinte a rejeição das emendas que pretendiam a ampliação da anistia". Ele disse que tal rejeição foi um reflexo do elevado grau de entendimento que há entre o Congresso e as Forças Armadas.

## Anistia às microempresas será votada na terça

BRASÍLIA — Os autores da proposta de anistia aos microempresários e agricultores, Senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e Deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (sem partido-MG), entregaram ontem ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o texto final da fusão de emendas sobre o perdão, cuja votação ficou acertada para a próxima terça-feira.

Os três parlamentares, no entanto, deverão enfrentar obstáculos: o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, já anunciou que, baseado em questão regimental, tentará adiar a votação para o final do título das Disposições Transitórias, pois ainda acredita em negociação.

A decisão dos três constituintes de apresentar ontem mesmo a fusão de suas propostas é fruto do temor de que a ação do Governo e de setores contrários à anistia — como os bancos — acabasse por reverter o quadro favorável à sua aprovação. Assim, eles trataram de concluir o texto rapidamente, a fim de encaixá-lo como emenda aditiva ao artigo 14 das Disposições Transitórias, que é o próximo a ser votado.

Mansueto de Lavor contou que os autores da emenda rejeitaram várias propostas de lideranças governistas na Constituinte, inclusive a de que fosse estabelecido um teto de 50 milhões de OTNs



Mansueto conversa com Humberto Souto, após a entrega da emenda

para os gastos do Governo com o perdão. Afinal, para eles, quem deve arcar com estas despesas são os bancos, e não o Executivo.

Além disso, o Senador afirmou que a interrupção das negociações deve ser creditada ao Ministério da Fazenda. Na última reunião com os técnicos da pasta, havia sido acertado que o cálculo de US\$ 10 bilhões para os custos estavam superados e que, até o fim da semana, o Ministério traria nova estimativa.

A fusão entregue ontem à mesa determina que, para efeito de liquidação — até 180 dias após a promulgação da nova Carta —, não haverá correção monetária sobre débitos correntes de empréstimos concedidos por instituições financeiras às micros e pequenas empresas e a pequenos e médios produtores rurais, desde que contraídos entre 28 de fevereiro de 86 e 31 de dezembro de 87 e destinados a objetivos relacionados com suas atividades.

## Governo fixa limite para compensação

BRASÍLIA — O Governo trabalha, segundo o Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, com o limite máximo de 50 milhões de OTNs (cerca de CZ\$ 67 bilhões) para socorrer os microempresários prejudicados pelo Plano Cruzado. Costa Couto reiterou ontem que o Governo pretende defender apenas as empresas viáveis, que não tiveram problemas administrativos ou de mercado.

O Ministro revelou estar nas mãos do Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), uma proposta alternativa que atende às disponibilidades do Tesouro Nacional e permite a recuperação das empresas consideradas viáveis.

A noite, o Presidente José Sarney se reuniu com os Ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e da Habitação, Prisco Viana, e com os líderes no Congresso para discutir o assunto. Antes da reunião, a assessoria de Mailson informou que as negociações com a Constituinte não evoluíram devido à decisão dos autores das emendas, Mansueto de Lavor, Humberto Souto e Ziza Valadares, de encaminharem à Mesa a proposta de fusão. O Ministro se irritou com a quebra do acordo que lhe dava prazo até hoje para um novo cálculo das despesas com a anistia.

# Reforma tributária entrará em vigor quatro meses após a Carta

BRASÍLIA — Por acordo de Lideranças, a Constituinte aprovou ontem fusão de emendas que fixa o prazo de quatro meses, decorridos da promulgação da nova Carta, para a entrada em vigor da reforma tributária e estabelece normas de transição para o novo Sistema Tributário Nacional. Na hipótese, tida como provável, de que a promulgação ocorra em setembro, a reforma começaria a vigorar em primeiro de fevereiro do próximo ano.

Foi decidido também que, com a promulgação da Constituição, alguns itens do novo sistema tributário terão vigência imediata, como o fim da imunidade fiscal para parlamentares, magistrados e militares; exigência de maioria absoluta do Congresso para aprovação de lei alterando ou criando

impostos ou estabelecendo empréstimos compulsórios; e levantamento das contribuições sociais que financiarão a seguridade social.

Também a partir da promulgação da nova Carta já estarão valendo os novos percentuais dos Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios, e dos Municípios, de, respectivamente, 18 por cento e 20 por cento (atualmente, 14 por cento e 17 por cento, respectivamente). Os novos critérios de rateio terão que esperar que o Congresso aprove lei complementar.

Os constituintes decidiram também adotar uma precaução, para o caso de demorar a tramitação da lei que instituirá o novo imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM): os Estados e o Distrito Federal fixarão normas, ministrativa. Na prática, reconhecem técnicos da área econômica, isto significa um reforço à política dos Governadores, sobretudo frente às eleições municipais de novembro próximo.

A medida foi proposta ao Presidente pela Seplan, que tem como argumento principal a impossibilidade de julgar o mérito da transferência de recursos a fundo perdido para as Prefeituras. No ano

passado, 850 municípios foram beneficiados, enquanto apenas 130 pedidos dos Governadores foram atendidos. Os principais assessores do Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, alegam que o novo sistema de transferência de recursos vai reduzir bastante a ingerência política, sobretudo depois de o Ministério ter sido alvo de denúncias de corrupção na gestão de Aníbal Teixeira.

mediante convênio celebrado nos termos da legislação em vigor. Foi instituída ainda alíquota mínima de um por cento para a produção de ouro, e da arrecadação verificada, 70 por cento ficará com os Municípios de origem do produto.

A Constituinte não deliberou sobre proposta da bancada nordestina que estabelecia um esquema de implantação progressiva, no prazo de dez anos, do artigo das disposições permanentes que instituiu a regionalização do orçamento da União, através da aplicação de recursos com base no critério populacional. Temendo que o quorum baixo pudesse prejudicar a matéria, as bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste retiraram-se do plenário, provocando o encerramento da sessão.

## Cai texto favorável a tabeliões substitutos

BRASÍLIA — Por insuficiência de votos, caiu ontem o texto do Centrão que garantia aos tabeliões e escritórios substitutos a titularidade, sem concurso público, caso estivessem exercendo a função na data da instalação da Constituinte, 1º de fevereiro de 1987. Para o Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), o plenário conseguiu derrubar "o mais luxuoso e longo trem da alegria da História". Foi mantido, no entanto, o artigo que estatiza as serventias judiciais — cartórios que funcionam na Justiça.

O Líder do PMDB, Senador Mário Covas (SP), apresentou um destaque de votação em separado (DVS) para retirá-lo das Disposições Transitórias. Pelo Regimento Interno, quando se trata de DVS, os interessados na manutenção da matéria precisam do apoio da maioria absoluta, 280 votos. O Centrão só conseguiu 251 votos.

O plenário aprovou ainda emenda garantindo aos membros do Ministério Público o direito de optarem pelas garantias e vantagens atuais, pois a Assembleia os equiparou aos juizes, que não podem exercer a advocacia e candidatar-se a cargo eletivo.

## Seplan já não repassa fundos a Prefeituras

BRASÍLIA — Por determinação do Presidente José Sarney, as Prefeituras não mais receberão recursos a fundo perdido da Secretaria de Articulação com Estados e Municípios (Sarem), do Ministério do Planejamento. Os recursos serão transferidos diretamente aos Governos estaduais, mediante a apresentação de programas de aplicação e de projetos de reformulação da máquina ad-